

Crédito, Qualificação e Relacionamento como alternativas para o desenvolvimento social: Estudo de Caso da ATA

Bernardo Faria (UFRJ) bernardo@ufrj.br
Juliana Santos (UFRJ) juliana@crie.ufrj.br

Resumo

A solução para questões de inclusão social está ameaçada pela saturação da capacidade de geração de empregos e distribuição de renda por parte das grandes empresas. O artigo discute alternativa onde o apoio aos pequenos empreendimento e ao trabalhador autônomo é valorizado. Um modelo de atuação mista entre o poder público e privado é apresentado no estudo de caso da OSCIP ATA. Crédito, qualificação e redes entre os trabalhadores e empreendimentos são as ações necessárias para minimizar a desigualdade de renda e propiciar a inclusão social.

1. Introdução

O Brasil é o país das desigualdades. Os dados do IBGE mostram que nossa desigualdade de renda é não apenas uma das mais altas do mundo, como permaneceu estável ao longo dos últimos 30 anos (IETS – 2002).

Por outro lado, o Brasil não é um país pobre: 78% da população mundial vive em países cuja renda *per capita* é inferior à brasileira. Comparativamente a países industrializados o Brasil não é um país rico, mas comparando a outros países em desenvolvimento encontra-se entre os que apresentam melhores condições de enfrentar a pobreza de sua população.

Este excesso de desigualdade é fruto de um processo histórico e político que promoveu um estilo de desenvolvimento peculiar, baseado na aliança entre um estado centralizador e grandes empresas, sobretudo multinacionais.

A desigualdade brasileira é perpetuada quando se dirige todo o apoio, incentivos e produção de conhecimento aos grandes, ignorando-se assim os mais pobres e desorganizados, carentes de toda sorte de políticas públicas e de garantias. Neste cenário, somente os grandes têm importância, sejam as grandes empresas, os grandes investimentos, os grandes mercados e assim por diante. Os pequenos estão invisíveis aos olhos da sociedade, dos governos, das políticas públicas. Estas idéias estão presentes nos sistemas de informação que constituem e alimentam o imaginário do país.

Estudos desenvolvidos pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade - IETS (2002) comprovam a afirmação: 10% da população mais rica fica com 47% da renda total enquanto que metade da população mais pobre sobrevive com apenas 13% da renda nacional.

Considerando a parcela mais pobre da população verifica-se a predominância de chefes de família atuando como trabalhadores autônomos ou empregados sem carteira assinada, em sua maioria, alocados em pequenas empresas. Abordar com maior atenção o papel do micro negócio e do trabalhador informal é indispensável para reduzir a desigualdade social que impedem o desenvolvimento nacional.

Com a criação de um ambiente favorável para os **pequenos** empreendimentos é possível se pensar uma nova forma de desenvolvimento, apostando na capacidade de micro-negócios garantirem a distribuição de renda impulsionada por um trabalhador autônomo mais competente, mais capacitado.

Grandes indústrias e empresas se mostram incapazes de distribuir melhor a renda e gerar emprego para o enorme exercito de mão de obra de reserva existente hoje em nosso país. Esse contexto abre espaço para a participação das pequenas organizações.

Quais são as alternativas de inclusão social da parcela da população desempregada, pouco qualificada e muitas vezes desprovida de renda?

2. Desemprego

A questão do desemprego atualmente se revela entre os principais entraves para o desenvolvimento da economia brasileira. O grande desenvolvimento tecnológico só contribui para o aumentar a eficiência individual do trabalhador, reduzindo a demanda por empregados e aumentando o exercito de mão de obra. Fruto desse cenário, verifica-se o esgotamento da capacidade de absorção de empregos por parte de grandes empresas da economia brasileira.

O desemprego se torna hoje uma das principais preocupações até mesmo para os países desenvolvidos e mais ricos, que enfrentam taxas de desemprego altas e estáveis. No entanto, na era chamada de fim dos empregos, e a partir de uma observação mais atenta às características da micro e pequena empresa, é possível se pensar em soluções alternativas para geração de trabalho e renda, apostando num desenvolvimento econômico mais eqüitativo.

Todos os setores que costumavam empregar formalmente, de fato passaram a empregar menos, em função das mudanças ocorridas em nossa economia. Ao longo da década de 90, mais de 200.000 empregos com carteira assinada foram suprimidos do mercado de trabalho da região metropolitana do Rio de Janeiro.

A principal contrapartida deste fenômeno não foi, até o presente momento, um aumento do desemprego aberto, mas do emprego informal (sem carteira assinada) em microempresas (até 10 empregados) e, sobretudo, do trabalho por conta-própria (URANI,1999).

3. O setor informal novo papel do trabalhador

O conceito de setor informal surgiu na década de 70, quando foi incorporado a um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para o Quênia. O setor informal era definido em função das características de suas atividades sendo composto por atividades econômicas que possuem facilidade de entrada, dependência de recursos nacionais, propriedade familiar, pequena escala de produção, tecnologia adaptada e intensiva no fator trabalho, qualificações dos trabalhadores adquiridas fora do sistema educacional e mercados competitivos sem regulamentação por parte do governo (OIT, 1972).

Uma outra forma de classificação se dá pela organização da produção, distinguindo as formas de produção capitalistas das não capitalistas. Neste sentido, o setor formal, onde é clara a divisão entre capital e trabalho, seria composto por empresas médias e grandes, onde o “assalariamento é a forma padrão de remuneração e o lucro é indiscutivelmente o objetivo principal da empresa”. Já o setor informal, seria composto por trabalhadores conta própria e os pequenos empreendimentos, familiares ou não, tendo em vista a não divisão entre capital e trabalho (SABÓIA, 1994, p.101).

O trabalhador autônomo é na verdade um empreendedor em potencial. Em um estudo realizado no IPEA é possível constatar que o apoio concedido a esses trabalhadores através de micro-crédito, qualificação, apoio ao associativismo e a comercialização é verdadeiro trampolim essencial ao seu desenvolvimento.

Estimular o trabalhador autônomo não se restringe apenas a uma alternativa para o desemprego, pois pode se mostrar como uma nova forma de organização que nasce em detrimento de organizações baseadas nos modelos taylorista/fordista de produção.

Avaliar a história do trabalhador no mercado revela que, nas últimas décadas, sua atuação estava em conformidade com os modelos fordista-taylorista. Bastava ao trabalhador desempenhar as atividades adequadamente dentro dos padrões previstos, de acordo com treinamento direcionado especificamente para o posto de trabalho no qual estava envolvido.

O trabalhador não necessitava possuir visão maior sobre o processo ou sobre a interferência do seu trabalho no mundo ou ambiente no qual estava inserido.

Hoje são esperadas diversas outras qualidades do trabalhador do novo século. Começa a se desenhar um novo perfil do trabalhador, em contraposição ao papel sugerido ao empregado durante boa parte do século XX. Não basta apenas desempenhar suas tarefas conforme as normas, são esperadas diversas outras habilidades para o trabalhador bem sucedido.

É possível construir país mais justo através de políticas públicas que apoiem a atuação de um novo trabalhador.

Esse novo ator pode surgir da massa de trabalhadores excluída do mercado se devidamente orientados e apoiados.

4. A importância das micros e pequenas empresas

As políticas públicas brasileiras sempre priorizaram e focaram os grandes. No entanto, chamamos atenção neste trabalho para o olhar aos pequenos. Perceber a importância e a potencialidade dos trabalhadores autônomos, conta própria, dos pequenos empreendedores, torna-se uma prerrogativa para um desenvolvimento sustentável e com mais justiça social.

Em um estudo realizado pelo IPEA, destacou-se que é a escassez de serviços financeiros e de políticas públicas são as maiores dificuldades para alavancar as atividades dos pequenos empreendedores. Desta forma, este estudo, sinaliza para políticas públicas de microcrédito, insumos e tecnologia, regulamentação, cooperativismo, comercialização, educação formal, formação profissional e capacitação técnica, Investimentos em infra-estrutura pública e outros programas de microfinanças, como forma de apoio aos nano-empresendedores, criando assim um ambiente favorável ao seu desenvolvimento.

Diante desse quadro, verifica-se a reinclusão dessa parcela no mercado na modalidade de pequenos - trabalhadores autônomos e micro e pequenos negócios. Entre as facilidades de atuar nesse nível identifica-se grande flexibilidade na produção de bens e serviços e a capacidade de geração de postos de trabalho.

Apontada como a única solução viável para o desemprego nacional, se cada membro da classe média brasileira empregasse 10 funcionários, não seria possível suprir tal demanda com a parcela atualmente desempregada em território nacional. As micro e pequenas empresas responderam, nos últimos quinze anos, por 8 em cada 10 empregos criados na região (TOKMAN, 1995).

A OCDE sustenta que as pequenas e médias empresa são as bases de uma economia saudável (APUD GURISATTI 1999).

Se, por um lado, a globalização estabeleceu um prêmio para as mais altas escalas e qualificações, o pequeno, o fraco e o pouco qualificado foram penalizando, condenando assim ao desaparecimento as empresas incapazes de enfrentar a maior competição.

Os fatores que geralmente levam ao insucesso dos pequenos empreendimentos estão **na falta de qualificação técnica, falta de recursos financeiros a taxas acessíveis e pouco experiência.**

No entanto, é a pequena empresa que vem gerando a maior parte dos empregos no Brasil, e também ao redor do mundo. Na França, a participação das pequenas empresas (com menos de 50 empregados) no emprego total aumentou de 43,3% em 1976 para 52,5% em 1988. No mesmo período, a participação das grandes empresas (com mais de 500 empregados) no emprego caiu de 20,7% para 14,6%. (GURISATTI, 1999).

Para TOKMAN (1996), face à globalização e seus efeitos contraditórios, as MPEs haveriam de estar mais protegidas e simultaneamente estimuladas ao melhor aproveitamento das oportunidades abertas no espaço econômico global se contassem com políticas públicas deliberadas, destinadas a proporcionar-lhes ambientes regulatórios atrativos, apoio produtivo e novas formas de proteção.

Segundo COCCO, GALVÃO, et al. (1999), as Pequenas e Médias empresas podem constituir trajetórias econômicas dinâmicas e bem-sucedidas, desde que dispostas em redes, num meio ambiente propício a consolidação de seus efeitos positivos na economia e no desenvolvimento.

O sucesso das pequenas empresas depende, também, da constituição e da consolidação de uma rede estável de conexões com os mercados finais. As redes de pequenas empresas podem apostar em economias de escala ligadas ao conjunto dos processos produtivos sem perder, todavia graças à segmentação desse processo, sua flexibilidade e adaptabilidade frente aos diversos acasos do mercado.

Para BECATTINI (1999), não se pretende com isso afirmar que a pequena empresa possa ser por si tão ou talvez mais eficaz que a grande empresa, mas que, uma miríade de pequenas empresas implantada numa mesma região pode atingir, na sua produção de bens para uma demanda fracionada e variável, níveis de eficácia superiores aos de uma grande empresa.

A ausência de ferramentas de apoio impede o crescimento do trabalho autônomo e da micro e pequena empresa. O total desinteresse por parte dos governantes no desenvolvimento dos pequenos é verificado pelo aumento dos impostos. As pequenas empresas precisam por vezes pagar até 40% da sua receita em impostos ao governo antes de receber seus clientes: Em vez do governo financiar a produção dos pequenos, os pequenos financiam o governo. O capital de giro dos pequenos ficou esmagado.

5. Alternativas e Oportunidades

Competência

Pesquisas realizadas pelo Institute for the Future (ITF) e o OECD, mostram a crescimento da relevância da competência e do conhecimento como novo componente decisivo no desenvolvimento econômico mundial.

Segundo relatório da OECD, no ano de 1998 mais de 50% do PIB de países desenvolvidos teve origem produtos como Royalties, patentes, softwares, serviços de consultoria, bens culturais. A presença de um fator diferencial - a habilidade ou conhecimento indispensável para desenvolver esses produtos - é marcante e decisiva na valorização desses produtos na cadeia de valores.

O desenvolvimento tecnológico hoje ocorre de modo célere e a colocação do indivíduo de forma estratégica requer dinamicidade em absorver as novas tecnologias. MASI (1997) realizou um estudo que apresentou algumas características individuais e coletivas para os novos trabalhadores: O aprendizado contínuo e a

multidisciplinariedade se apresentaram como fundamentais para o sucesso, além da capacidade de inovar e ser criativo.

Relacionamento

Em tempos de escassez de trabalho, desenvolver melhor sua rede de relacionamentos é fundamental. Pesquisa realizada pelo Delphi Group publicada na Knowledge Management (2000) mostra resposta 54% das de cem maiores empresas européias pesquisadas consideraram importante ou muito importante o relacionamento com outros atores, enquanto apenas 15% acham pouco importante ou sem nenhuma importância (APUD CAVALCANTI et al, 2001).

Os pequenos devem articular melhor sua relação com os clientes e fornecedores, fundamental para o sucesso de seus empreendimentos e amplia a chance de alcançar novas oportunidades.

6. OSCIP como alternativa

A oferta de uma gama tão diferenciada de serviços, não é uma tarefa que o Estado (em qualquer nível) tenha a responsabilidade de desempenhar sozinho. Requer arranjos entre diferentes níveis de governo, iniciativa privada, a sociedade civil organizada que sejam regionalmente diferenciados (IETS, 2002).

Nesse sentido, isoladamente, nem Estado, nem setor privado nem sociedade civil têm a capacidade de criar um ambiente propício aos MPNs (micro e pequeno negócio) sendo preciso, portanto, imaginar um conjunto de arranjos institucionais que sejam capazes de combinar as potencialidades e os esforços dos diferentes atores públicos e privados em torno de objetivos comuns. Espaço este onde a governança há de ser compartilhada, tanto para garantir transparência quanto para evitar descontinuidade (URANI, Sebrae).

A utilização de OSCIP – Organização Social Civil de interesse público – pode ser aplicada com objetivo de atender as demandas levantadas. A solução OSCIP foi criada com o objetivo de facilitar e regulamentar a relação da sociedade civil organizada com o Estado, na direção da construção de uma sociedade mais participativa e engajada nos problemas que a todos afligem.

Espera-se então que os problemas que antes eram vistos apenas como problemas do Estado passem a ser vistos como problemas de todos e que soluções possam emergir a partir da participação social. Desta forma o público deixa de ser de preocupação apenas do Estado e passe a ser também um espaço de observação e intervenção de todos.

Trata-se de construir um novo marco institucional que possibilite a progressiva mudança do desenho das políticas públicas governamentais, de sorte a transformá-las em políticas públicas de parceria entre o Estado e Sociedade Civil em todos os níveis, com a incorporação das organizações de cidadãos na sua elaboração, na sua execução, no seu monitoramento, na sua avaliação e na sua fiscalização.

Desta forma, a existência de instituições privadas, porém de interesse público podem ser consideradas entidades ágeis e de grande capacidade de reduzir as desigualdades e interferir no mercado a favor dos pequenos.

O sentido maior da aplicação é o fortalecimento das populações, aumentando sua capacidade de articulação em questões sobre o crédito, capacitação e associativismo.

Assim, O ATA é um programa de política pública que foi criado com o intuito de estabelecer uma parceria entre a sociedade civil organizada, o setor público e o setor

privado, numa visão ampliada de espaço público. O ATA apresenta-se como um modelo de instituição capaz de articular novos atores, públicos e privados.

Ele oferece uma recolocação dos profissionais excluídos ao mercado de trabalho e contribui para a geração de renda. Foram desenhadas atividades de comercialização, microcrédito, qualificação profissional, educação básica, legalização de empresas, apoio ao associativismo com o objetivo de se constituir um ambiente favorável ao desenvolvimento do trabalhador autônomo e desta forma reduzir as barreiras de acesso à riqueza e a desigualdade de renda.

7. ATA – Apoio ao Trabalhador Autônomo

O objetivo principal do ATA é de comercializar os serviços de trabalhadores autônomos, conta própria na área da construção civil. O ATA possui um cadastro de trabalhadores qualificados como Mestre de Obras, Pedreiros, Pintores, Ladrilheiros, Serralheiros, Marceneiros, Eletricistas, Bombeiros Hidráulicos e Bombeiros Gasistas, além de contar agora também com arquitetos em seu banco de dados.

O ATA oferece uma gama de serviços empresariais através de instituições parceiras, como o acesso ao crédito, a qualificação profissional, a certificação e o acesso a tecnologia da informação. Foi desenvolvida uma organização do trabalho participativa, realizando-se encontros periódicos para troca de informação, conhecimento e discussão do andamento da instituição.

A organização possui uma Central de Atendimento onde é realizada a intermediação da mão de obra. Tendo uma solicitação, o atendimento do ATA identifica o profissional da vez, que esteja disponível e melhor se encaixe nas características do serviço demandado. A Central encaminha dois profissionais para o cliente, informando apenas o nome e o telefone. Os profissionais entram em contato com o cliente, no prazo máximo de quatro horas, e agendam a visita, para a elaboração de orçamentos, sem custo para o cliente.

A Central de Atendimento acompanha o pedido, desde sua entrada até o seu fechamento, seja esta uma obra realizada ou mesmo uma desistência do serviço. No final, o ATA faz a avaliação junto ao cliente, um pós-venda.

O serviço é acordado diretamente entre o cliente e o trabalhador. No entanto, é obrigatório ao trabalhador confeccionar um contrato junto ao atendimento do ATA. Este contrato serve de garantia para o cliente, para a central e para o trabalhador da perfeita execução dos serviços acordados.

Através da comercialização dos serviços de trabalhadores autônomos, o ATA aglutina, através de parcerias, uma vasta gama de serviços empresarias como forma de criar um ambiente favorável para o desenvolvimento de seu público alvo.

Em cima do valor da mão de obra contratada, o profissional paga 10% do valor ao ATA. Como o ATA se propõe a ter uma organização do trabalho participativa, este valor foi discutido e definido em reunião com todos os trabalhadores cadastrados. Todo trabalhador cadastrado também contribui com uma mensalidade para se permanecer ativo no sistema. São esses recursos que mantêm a estrutura de funcionamento do ATA.

O processo de trabalho da Central de Atendimento é dividido em três operações básicas: o atendimento ao cliente; a intermediação do serviço; e o acompanhamento e avaliação da qualidade do serviço.

Para ingressar no ATA, os profissionais passam por um rigoroso processo de seleção, incluindo entrevista psico-social, pesquisa junto ao IFP de antecedentes criminais e por avaliações técnicas a fim de identificar seu estágio profissional. A seguir são oferecidos cursos de qualificação técnica. Os aprendizes são encaminhados para

cursos de formação, os profissionais médios para os de aperfeiçoamento. Os profissionais certificados, com excelência em suas atividades, passam por avaliação rigorosa em entidades de reconhecida capacidade técnica, como o SENAI, por exemplo. Paralelamente os profissionais passam por cursos de gestão e empreendedorismo em entidades como o SEBRAE.

O sistema informatizado identifica o nível de desenvolvimento técnico e encaminha o profissional adequado ao tipo de serviço solicitado pelo cliente. Os aprendizes são encaminhados somente como ajudantes dos profissionais certificados.

Antes de cadastrar o profissional em seu banco de dados, o ATA trabalha a divulgação dos serviços ofertados. Assim, os profissionais atendidos recebem um número mínimo de serviços capaz de gerar uma renda minimamente adequada ao sustento de sua família. É este equilíbrio entre a oferta e a demanda de serviços que dá condições aos profissionais de pagar uma taxa de operação.

A missão definida para o ATA é a de multiplicação da tecnologia de Apoio ao trabalhador autônomo a diversas entidades com interesses afins, através do modelo similar ao das franquias, com o objetivo de atingir a escala necessária de trabalhadores autônomos atendidos.

Os trabalhadores autônomos nada mais são do que “nanoempresários”. Estudos recentes do CPS/FGV e do IETS com base em dados do ENCIF/IBGE (cujo o universo cobre trabalhadores autônomos e as empresas com até 5 empregados de todo o Brasil urbano) mostram que a probabilidade dos trabalhadores autônomos se tornarem empregadores e de uma maneira mais geral, a própria rentabilidade dos Micros e Pequenos Negócios aumenta, entre outras coisas, em função de:

- a) O grau de formalização e o associativismo;
- b) O acesso a serviços de desenvolvimento empresarial (como a formação empresarial, a assistência técnica, o apoio a comercialização, diferentes tipos de infraestrutura, etc.) e ao crédito (IETS, 2002).

Crédito

Segundo um relatório elaborado por uma equipe da COPPE, as dificuldades de acesso aos programas de crédito por parte do pequeno empreendedor são muitas. Algumas das barreiras enfrentadas pelos demandantes de financiamento são:

- Não constituem público-alvo dos agentes financeiros;
- Apresentam um distanciamento sócio-cultural em relação as instituições financeiras;
- Têm dificuldade de elaborar a proposta para solicitação de financiamento;
- Demandam, na maior parte das vezes, financiamento para capital de giro, enquanto normalmente se oferece crédito para investimento fixo.;
- Têm dificuldade em constituir as garantias exigidas (relatório, introdução).

Foi nesse contexto que o ATA, em 2002, firmou uma parceria com a Social Créd, uma SCM de micro-crédito. Foi feito um convênio de cooperação técnica entre o ATA e a SCM, onde se compôs um aval solidário entre 8 trabalhadores cadastrados. Desta forma foi possível atender ao trabalhador autônomo com o microcrédito.

Além disso, a partir das informações acumuladas pelo ATA, sobre cada trabalhador, foi possível reduzir as incertezas sobre inadimplência e oferecer aos trabalhadores autônomos cadastrados, crédito sem burocracia e a taxas de juros acessíveis, que variavam em torno de 3,5% a 4,8%.

Dois produtos foram desenvolvidos especialmente para atender aos trabalhadores do ATA. O primeiro foi um crédito de até R\$ 500,00 para a compra de ferramentas. O segundo, com um teto de R\$ 1.000,00, destinou-se a troca de cheques de clientes que pagavam com cheques pré-datados. Desta forma, o trabalhador era capaz de

oferecer ao cliente formas diferenciadas de pagamento. Esta parceria também possibilitou ao trabalhador oferecer ao cliente um pagamento parcelado, sem que isso interferisse na composição do preço, estimulando assim a demanda.

Esta parceria abriu as portas para uma outra, também ligada ao acesso a crédito. Foi firmada com um grande banco do Rio de Janeiro uma parceria de abertura de conta e cheque especial para os trabalhadores cadastrados no ATA. Seguindo o mesmo modelo, o ATA oferecia ao banco o rendimento mensal médio de cada trabalhador com os serviços executados pelo ATA. Desta forma, o banco seguindo sua análise de crédito, oferecia ao trabalhador uma conta bancária com limite de crédito. Esta parceria possibilitou aos trabalhadores comprar com seus fornecedores, negociando formas de pagamento.

Qualificação Profissional

No Brasil, o investimento na pessoa foi deixado para trás, o que torna a tarefa de reversão de um quadro tão pessimista mais difícil. O investimento na pessoa e nas suas inter-relações pode trazer resultados eficazes, contribuindo para a emergência de um novo ator, participativo e capaz de chamar atenção para as suas próprias necessidades. A criação de instituições certas, focadas no seu público, dirigidas e organizadas por eles e para eles pode ser um instrumento de integração social e econômica deste novo ator.

Há, de um modo geral, a utilização de mão de obra abundante, no universo dos pequenos empreendedores. Essa realidade contribui para a utilização de mão de obra desqualificada, com o objetivo único de redução de custos, o que foi chamado de *via inferior*. Os caminhos da chamada *via superior* devem estar baseados em mão-de-obra extremamente qualificada. Desta forma, para se chegar em um ambiente propício, inserido dinamicamente nos mercados, são necessários incessantes investimentos na qualificação da mão-de-obra.

Segundo DRAIBE (1998), o investimento em educação e treinamento, se é hoje um requisito geral, com certeza assume proporção dramática para o setor informal e das MPE's, já que o aumento da sua produtividade é condição de sobrevivência e simultaneamente de maior chance de participação nos circuitos competitivos dinâmicos.

Qualificar profissionalmente os trabalhadores da construção civil representa um grande desafio que o ATA assumiu. Além da capacitação profissional, a qualificação deve abranger também a qualificação gerencial.

Os serviços oferecidos pelo ATA agregam valor ao trabalhador cadastrado e aumentam seu relacionamento com o mercado, com a sociedade, com as empresas privadas, interferindo e contribuindo para criar um ambiente mais favorável.

Principais Lições do Modelo ATA

Do modelo do ATA pode-se tirar seis características fundamentais para obtenção do sucesso como política de redução de desigualdades e inclusão social: Foco, Crédito, Capacitação, Sustentabilidade e Replicabilidade.

O primeiro refere-se ao público beneficiário do ATA. Ser um programa de política pública focada nos trabalhadores mais pobres, significar atuar ativamente para a redução das desigualdades. Além de serem os mais necessitados, os trabalhadores autônomos, nano empreendedores, trabalhadores conta-própria, possuem um potencial de crescimento e desenvolvimento que pode contribuir de forma efetiva para o crescimento econômico do país.

O crédito se mostra como fator fundamental do estabelecimento dos pequenos. O desenvolvimento das habilidades empreendedoras necessita de aporte de capital, que muitas vezes o trabalhador não é capaz de captar sozinho, e a OSCIP deve atuar auxiliando nessa obtenção de crédito.

Desenvolver habilidades favorece o estabelecimento dos micro-empresendedores no mercado e permitir maior vantagem competitiva. O aprendizado contínuo e a atuação multidisciplinar são competências que devem ser indispensavelmente estimuladas por OSCIP.

A sustentabilidade é o quinto ponto que o ATA persegue, desde de sua constituição como OSCIP. É fundamental que o ATA seja uma instituição autônoma, não suscetível aos ciclos políticos e capaz de firmar parcerias com os demais setores da sociedade. Desta forma, o ATA está inserido numa visão ampliada de espaço público, a qual participem instituições privadas de interesse público.

Por fim, é fundamental que o ATA seja uma instituição capaz de ser replicada para as demais regiões metropolitanas do País. Por todo o Brasil estão espalhados e dispersos trabalhadores autônomos, potenciais empresenedores que poderiam contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento do País.

Neste sentido, o ATA surge como um programa de política pública inovador por atender a um público alvo até então pouco visto, invisível às políticas públicas, o trabalhador conta-própria, que atua com foco nos trabalhadores mais pobres e menos assistidos, reduzindo desta forma, a desigualdade social.

8. Conclusão

Para que o pequeno torne-se parte efetiva da construção de um desenvolvimento mais justo, é necessário retirá-lo do isolamento e focar em suas potencialidades. Esta saída aposta no investimento nas pessoas, através principalmente da qualificação e da criação de um ambiente favorável, através do apoio ao crédito, a comercialização e ao jogo associativo. É necessário inserir a pequena empresa em esquema associativo que valorize o estabelecimento de redes e da cooperação.

Um olhar mais atento aos pequenos, aos trabalhadores autônomos, pode ser um caminho eficaz de redução da pobreza. Metade da população economicamente ativa no Brasil trabalha por conta própria e estão sobre-representados entre os mais pobres. Um desenvolvimento mais equilibrado pode ser o resultado de políticas públicas voltadas a esses trabalhadores, através da criação de instituições certas e de um ambiente favorável ao seu crescimento.

O trabalho por conta-própria e a microempresa podem ser muito mais que uma mera válvula de escape frente à crise do emprego. As alternativas apresentadas podem se transformar em molas propulsoras de um novo modelo de crescimento se houver um ambiente propício para o desenvolvimento desse tipo de atividade.

O desenvolvimento de políticas públicas de apoio ao trabalhador autônomo e estímulo ao desenvolvimento da micro e pequena empresa é a grande solução para a retomada do desenvolvimento econômico nacional. As principais ações inseridas nesse novo modelo podem ser descritas pelo desenvolvimento de competências, disponibilização do crédito e estímulo para a formação de redes de cooperação e maior articulação entre os trabalhadores.

Referências

- BECATTINI, G., “Os Distritos Industriais na Itália”. In: *Empresários e Empregos nos novos Territórios Produtivos o Caso da Terceira Itália*, Editora DpeA, pp.45-58, 1999.
- BULKOOOL, Michele Plubins. *Apostar nos Pequenos para sermos Grandes: um modelo de política pública de apoio ao trabalhador autônomo da construção civil*. [Rio de Janeiro] 2003. (COPPE/UFRJ, M.Sc., Engenharia de Produção).
- CAVALCANTI, Marcos; GOMES, Elisabeth & PEREIRA, André, *Gestão de Empresas na Sociedade do Conhecimento*, Rio de Janeiro, Campus, 2001.
- COCCO, G., GALVÃO, A.P., SILVA, M.P., “Desenvolvimento Local e Espaço Público na Terceira Itália: Questões para a Realidade Brasileira”. In: *Empresários e Empregos nos novos Territórios Produtivos o Caso da Terceira Itália*, Editora DpeA, pp.13-32, 1999.
- DRAIBE, S. M., *Educação, Empregabilidade e Capacidade Empreendedora na Perspectiva das Micro e Pequenas Empresas*, Caderno de Pesquisa, v.33, Universidade Estadual de Campinas, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, São Paulo, 1998.
- GURISATTI, P., “O Nordeste Italiano: Nascimento de um Novo Modelo de Organização Industrial”. In: *Empresários e Empregos nos novos Territórios Produtivos o Caso da Terceira Itália*, Editora DpeA, pp.77-99, 1999.
- IETS, *Criação de um Ambiente Favorável aos Micros e Pequenos Negócios*, Policy Paper, n.2, Rio de Janeiro, 2002.
- _____, *Agenda Perdida: Diagnósticos e propostas para a retomada do crescimento com maior justiça social*, Policy Paper, n.3, Rio de Janeiro, 2002.
- _____, *Menos desigualdade para o Brasil*, Rio de Janeiro, 2002.
- _____, *Desenvolvimento com Justiça Social – Esboço de uma Agenda Integrada para o Brasil*, Policy Paper, n.1, Rio de Janeiro, 2001.
- DE MASI, D., *A Emoção e a Regra: Os grupos criativos na Europa de 1850 a 1950*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1997.
- SABÓIA, J., “Potencial e Desafios”. In: Sere e IES, *Projeto Nacional de Desenvolvimento para as Micro e Pequenas Empresas*, pp. 99-115.
- TOKMAN, V., *Jobs and Solidarity. Main Challenges for the Post-Adjustment in Latin America*, Main Papers, Development Thinking and Practice Conferences, Washington, 1996.
- TOKMAN, V., *Pobreza e equidad. Dos objetivos relacionados*. OIT, Oficina Regional, Lima, 1995.
- VALLE, Rogério et al, *Conhecimento em ação*, Rio de Janeiro, Campus, 2002.
- URANI, A., *Desenvolvimento econômico local e combate a exclusão social no Rio de Janeiro: uma estratégia integrada*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- _____, “Prefácio”. In: *Empresários e Empregos nos novos Territórios Produtivos o Caso da Terceira Itália*, Editora DpeA, pp.77-99, 1999.